

Etnoecología: uma ciência decolonial?.

Jáder de Castro Andrade Rodrigues y Maria Rita Avanzi.

Cita:

Jáder de Castro Andrade Rodrigues y Maria Rita Avanzi (2019). *Etnoecología: uma ciência decolonial?.* XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1558>



Etnoecologia: uma ciência decolonial?

Jáder de Castro Andrade Rodrigues¹
Maria Rita Avanzi²

Resumo

A etnoecologia surge como um campo interdisciplinar de pesquisa, derivado da etnobiologia, no qual foram estabelecidas relações com diversas áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia e economia. Historicamente, na primeira fase de seu desenvolvimento, os estudos eram voltados à determinação do potencial econômico das espécies biológicas conhecidas e utilizadas por populações indígenas do “Novo Mundo”, ainda no século XVI. Essa abordagem utilitarista refere-se à interpretação dos aspectos de outra cultura a partir de parâmetros e categorias pré-estabelecidas pelo (a) investigador (a), método que ainda domina o campo das etnociências. Este artigo se propõe a desenvolver uma reflexão teórica crítica sobre este modelo de racionalidade científica, considerando que tratar saberes e cosmologias de comunidades tradicionais como conhecimentos etnoecológicos implicaria no empobrecimento da sociobiodiversidade. Submetidos aos critérios de cientificidade e validação, esses saberes estariam suscetíveis a epistemicídios atrelados à desvalorização das práticas sociais dessas comunidades que, historicamente, têm contribuído para a conservação socioambiental. A problematização do status quo metodológico da etnoecologia se dá, no presente artigo, com base em estudos da perspectiva decolonial que promoveram o giro epistemológico, pensado pelo grupo Modernidade/Colonialidade, de estudiosos (as) latino-americanos (as). A partir desses estudos, realiza-se um processo de desconstrução das oposições binárias presentes na etnoecologia como: conhecimento local/conhecimento científico, observador/observado, sujeito/objeto. Desta maneira, o artigo busca pensar uma etnoecologia que se aproxime de uma ciência decolonial, concebendo a pluralidade das práticas científicas na relação com outras práticas sociais, através da ecologia de saberes, pensada por Boaventura Sousa Santos, contribuindo para reflexões sobre a sociobiodiversidade.

Palavras-chave

Etnoecologia; decolonialidade; povos tradicionais; saberes tradicionais; sociobiodiversidade.



Reflexões iniciais e primeiras aproximações decoloniais

Este artigo se dedica a desenvolver reflexões teóricas acerca da etnoecologia através da perspectiva decolonial. Por meio dessa ótica descolonizada, problematizamos as relações desta ciência com os conhecimentos dos povos tradicionais¹ e suas implicações sobre o conceito de sociobiodiversidade. Essas questões são relevantes para pensarmos as questões socioambientais, ou mesmo a educação ambiental, tratadas aqui a partir das contribuições de Boaventura de Sousa Santos, o que nos permite desenvolver considerações significativas sobre as diferentes possibilidades para e nos processos educativos e emancipatórios destas comunidades.

As ideias desse sociólogo possibilitam que façamos diferentes conexões com a temática central deste trabalho, a etnoecologia, como também, com a proposta de uma educação ambiental que dialogue com outras temáticas, como a da educação intercultural e os processos que vislumbram a emancipação dos povos e comunidades tradicionais. Como afirma Candau (2016, p.23),

[os textos de Boaventura] aprofundam aspectos como a questão do universalismo, os diferentes tipos de globalização, a relação entre direitos humanos e multiculturalismo, a articulação entre igualdade e diferença, a sociologia das ausências e das emergências, a ecologia de saberes e a formação de subjetividades.

Deste modo, partiremos dos campos teóricos utilizados pelas etnociências, principalmente aqueles da etnoecologia, na tentativa de propor diálogos e interseções com os estudos da perspectiva decolonial, com o intuito de trazer contribuições para se pensar a sociobiodiversidade. No entanto, ao questionarmos se a etnoecologia é uma ciência decolonial logo no título deste escrito, não temos a intencionalidade de construir um panorama epistemológico que, ao final, revele ao leitor e à leitora uma resposta para esta inquietação.

A proposta é que possamos refletir sobre os mecanismos e caminhos teórico-metodológicos desta ciência, a respeito dos saberes ditos tradicionais, e como eles refletem sobre os conceitos da sociobiodiversidade. Dessa maneira, apresentamos possibilidades para [re]pensar o processo etnocêntrico de categorização desses saberes, o qual implica no empobrecimento das discussões sobre a sociobiodiversidade. “O etnocentrismo desqualifica os membros da outra cultura porque são definidos de saída como inferiores e, portanto, incapazes de argumentação” (Avanzi, 2005, p.114).



Em oposição a esse processo de desqualificação do outro, buscamos problematizar se esta categorização reproduz uma visão paradigmática² da ciência, a qual perpetua a hegemonia do modelo de racionalidade científica eurocentrado. Nesse sentido, se faz necessário descolonizar e questionar o status quo metodológico das chamadas etnociências que, muitas vezes, acaba reproduzindo as relações de poder do colonialismo vivido por estes povos que foram e são subalternizados ao longo da história da humanidade.

Sendo assim, o intuito deste ensaio é questionar a utilização do termo etnoecologia e priorizar o que Boaventura chama de “ecologia dos saberes”, um campo no qual a ciência dialoga e articula-se com outras formas de saber, outras epistemologias que proporcionam novas configurações de conhecimentos (Santos, 2010). Por assim dizer, o autor parte da ideia de que “a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir” (id. *ibid.*, p.11).

Portanto, nosso foco tem sido explorar estas reflexões na tentativa de desconstruir oposições binárias arraigadas na “ciência moderna ocidental”, e conseqüentemente nas etnociências, tais como: conhecimento tácito/conhecimento científico, saber popular/saber universal, conhecimento indígena/conhecimento ocidental, conhecimento tradicional/conhecimento moderno, pois a própria concepção de “saber local” deve ser questionada, uma vez que “o saber é uma construção híbrida” (Santos, 2005, p.33).

Estes saberes considerados locais foram subestimados e subalternizados nas relações coloniais, portanto, foram dominados pelos conquistadores ou mesmo extintos e apagados, sob o pretexto de que somente a cultura europeia produzia “sujeitos”, os demais, não considerados racionais, foram tratados como “objetos” e inferiores por natureza. Sendo assim, ciências como a Etnologia e a Antropologia têm historicamente reproduzido e demonstrado essa relação sujeito-objeto ou “cultura ocidental” e as “outras culturas”, tratadas como objeto de estudo (Quijano, 1992).

Este artigo se propõe a desenvolver uma reflexão teórica crítica sobre este modelo de racionalidade científica, considerando que tratar saberes e cosmologias de comunidades tradicionais como conhecimentos etnoecológicos implicaria em empobrecimento da sociobiodiversidade. Destarte, a fim de promover tais reflexões sobre os aspectos da etnoecologia abordados nesta seção introdutória, propomos a “descolonização epistemológica” a partir dos estudos decoloniais latino-americanos do Grupo Modernidade/Colonialidade apresentados nas seções seguintes.



Buscando caminhos para descolonizar a etnoecologia

Na tentativa de contextualizar as reflexões acerca da etnoecologia dentro de um estudo que estabeleça diálogos entre educação ambiental e processos de transformação social, vislumbramos a possibilidade de buscar aproximações desta ciência aos estudos da perspectiva decolonial.

Esta nova forma de pensar o modelo de racionalidade científica foi constituída no final dos anos 1990 por um coletivo de intelectuais, em diversas universidades da América Latina, buscando promover um movimento epistemológico de crítica às ciências sociais. Para isso, o grupo chamado de Modernidade/Colonialidade problematiza em seus estudos “a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de ‘giro decolonial’” (Ballestrin, 2013, p.89).

O giro reivindicado pelos representantes deste grupo representa “um rompimento com o ocidental-centrismo e seus reflexos no saber, uma demanda que surge pela expansão do argumento pós-colonialidade e dos estudos subalternos” (Aguiar, 2016, p.274). Historicamente, o marco deste movimento, o giro decolonial, foi a publicação do sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992): *Colonialidad y modernidad/racionalidad*. Em sua obra, Quijano apresenta os argumentos históricos, sociais e políticos sobre como este projeto do ocidental-centrismo (formado a partir dos processos do colonialismo e, mais tarde, do imperialismo) repercute em uma ordem global, ou seja, um modelo global que culmina na divisão do mundo em dois hemisférios: um de dominadores (do Norte; Ocidente) e outro de dominados e explorados (do Sul; Oriente).

Segundo o autor, estes processos de dominação se formaram a partir da estrutura colonial de poder que gerou discriminações sociais e que, posteriormente, foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” e “nacionais”. Em sua análise do sistema-mundo vigente, o da dominação colonial global, a experiência colonial não é apenas política e econômica, pois consiste também em um processo de “colonização do imaginário dos dominados”. Colonizando suas crenças, ideias, imagens, símbolos e conhecimentos, seria possível impor os padrões de expressão e conduta dos dominantes, o que representou um meio eficaz para sistematização do controle social e cultural (Quijano, 1992, p.12).

Dessa maneira, desde o início do colonialismo e também contemporaneamente, a cultura europeia se transformou num “modelo cultural universal” e as tantas outras culturas foram e são estigmatizadas ou subalternizadas. Este fenômeno se estende aos dias atuais por meio de movimentos e posicionamentos ideológicos neoliberalistas e,



por isso, precisa ser debatido não apenas nos meandros das teorias econômicas, pois, segundo Lander (2005, p.8), o neoliberalismo:

Deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como uma extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida.

Para os parâmetros sociais vigentes no “sistema-mundo europeu/euro-norteamericano capitalista/patriarcal moderno/colonial” (Grosfoguel, 2005 cit. por Castro-Gómez & Grosfoguel, 2007, p.13), viver bem significa acumular capital, o que, conseqüentemente, implica no acesso à cultura, à saúde e ao conhecimento. O conhecimento que, até os dias atuais, é privilegiado é aquele construído pelos “grandes cientistas que estabeleceram e mapearam o campo teórico em que ainda hoje nos movemos” e que “viveram ou trabalharam entre o século XVIII e os primeiros vinte anos do século XX” (Santos, 2005a, p.13-14).

Sendo assim, desde o século XVII, a ciência moderna tem se transformado na única forma de conhecimento válido por meio de argumentos de ordem política e econômica, os quais são traduzidos na capacidade que os conhecimentos científicos têm de promover o desenvolvimento tecnológico. Essa “transformação dos critérios de validade do conhecimento em critérios de cientificidade do conhecimento” representa o privilégio alcançado pela ciência moderna em definir o que é ciência, o que é relevante, o que tem valor ou o que não tem (Santos, 2005b, p.22). O autor caracteriza esta hegemonia do conhecimento científico moderno como “cânone epistemológico da ciência moderna” que, ao incidir sobre outras formas de conhecimento, gerou o que ele chama de “destruição criadora”. Esta destruição se traduz em “epistemicídios”, ou seja, “a morte de conhecimentos alternativos” que, por sua vez, “acarretou a liquidação ou a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos” (id. ibid., p. 22).

Sob este prisma,

O giro decolonial é, nesse sentido, indissociadamente um movimento teórico, ético e político ao questionar as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, das ciências sociais (Miglievich-Ribeiro, 2014, p.69).

Dessa maneira, propomos um olhar sob a ótica da decolonialidade para o conceito de etnoecologia, situado na “etnociência clássica”. Previamente, as etnociências são



associadas aos trabalhos de categorização e nomenclatura de espécies entre populações tradicionais. A partir de uma análise de seus métodos podemos constatar que em suas origens são “encontrados muitos deslizes etnocêntricos” (Campos, 2002, p.63). No entanto, não é intencionalidade deste ensaio detectar “deslizes etnocêntricos” e a posteriori desenvolver teorias críticas acerca desses, mas sim, estabelecer provocações decoloniais numa perspectiva contra hegemônica.

Defendemos que o uso do termo etnoecologia em pesquisas na área das ciências da vida e do ambiente requer um olhar crítico aos processos históricos e sociais nos quais esta ciência foi concebida. De antemão, ao analisarmos o sentido e as origens da palavra etnociência, constatamos que este campo do saber enfatizou em suas pesquisas “os aspectos linguísticos e taxonômicos relegando a um segundo plano a diversidade e a dinâmica das relações ‘ser humano de determinada cultura/natureza’” (Campos, 2002, p.47).

Em seus processos epistemológicos que a constituem, a etnociência parte da percepção ambiental e da linguística desenvolvida por determinada população para tentar compreender o conhecimento humano sobre o mundo natural e a maneira como as interações com o meio são estabelecidas (Diegues, 1996). É um ramo abrangente e interdisciplinar da ciência, no qual estão inseridas subdisciplinas, dentre elas a etnoecologia, que se configura como uma ciência em busca de compreender o conhecimento ecológico local e tradicional de um povo e as relações entre as espécies e destas com o ambiente (Prado & Murrieta, 2015).

Entretanto, para Campos (2002), apesar dessas associações interdisciplinares entre as etnociências e as tantas outras áreas do saber promoverem uma abertura para as etnografias e para investigações sobre relações entre humanos e natureza, “a adjunção do prefixo etno- às nossas próprias ciências, apareceria apenas como ‘boa consciência’, para não dizer algo como populismo em relação a tudo o que não compuser ‘a tradição científica ocidental’” (id., 2002, p.48).

Nesse sentido, questionamos se ao pensarmos a etnoecologia enquanto uma ciência que “descreve”, “compreende”, “interpreta” um sistema de conhecimentos e crenças de determinado povo sob os parâmetros e métodos da tradição científica ocidental, estaríamos praticando uma etnografia ou apenas enxertando o termo etno a alguma das ciências consideradas duras. Do mesmo modo, usar a terminologia “transdisciplinar” no contexto da etnoecologia garantiria o devido reconhecimento das cosmologias e crenças das comunidades nas pesquisas? A explicitação da etnoecologia como um



campo de pesquisa científica assegura, de fato, o reconhecimento e a legitimação de sistemas de saberes tradicionais como conhecimentos válidos?

Propomos estas reflexões a partir de conceitos de etnoecologia encontrados em alguns trabalhos, como descrito abaixo:

Campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermedeiam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes (Marques, 2001, p.42).

Da mesma maneira, pensar a ação dos etnoecólogos como a apresentada em outros trabalhos, deixa margem às reflexões sobre os processos de validação e hierarquização de um conhecimento (real ou verdadeiro, o conhecimento científico) sobre o outro (as outras formas de saber, o conhecimento vulgar):

Os etnoecólogos precisam então interpretar os modelos do mundo natural que possuem os produtores, famílias e comunidades com culturas tradicionais, com o fim de compreender em toda sua complexidade as sabedorias locais. Em paralelo, os etnoecólogos também geram um modelo científico “externo” sobre o mencionado contexto local. O enfoque etnoecológico busca então integrar, comparar e validar ambos os modelos para criar diretrizes que apontem a implementação de propostas de desenvolvimento local endógeno ou sustentável com a plena participação dos atores locais (Toledo & Barrera-Bassols, 2009, p.41)

Diante desta ideia, voltamos a questionar se este modelo de etnoecologia descrito acima e o enfoque dado aos métodos empregados nesta ciência, não seriam uma maneira de reproduzir os padrões e métodos dos manuais científicos dos colonizadores que chegavam ao “Novo Mundo”. Não estaríamos perpetuando o modelo de racionalidade científica que estabelece relações de sujeito/objeto, observador/observado?

Diante das reflexões levantadas, a etnoecologia, se praticada e pensada como foi descrita, com pretensão de explicar as sabedorias locais por modelos científicos externos que validam estes conhecimentos, estaria reproduzindo o modelo de racionalidade que preside a ciência moderna. Esse modelo de racionalidade, segundo Boaventura:

Constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. (...) é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então pode falar-se de um modelo global de racionalidade científica que admite



variedade interna, mas que se distingue e defende, por vias de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (...). (Santos, 2005a, p.20-21)

Buscando borrar as fronteiras entre conhecimentos científicos e conhecimentos ditos não-científicos no âmbito das pesquisas sobre os conhecimentos ecológicos dos povos e comunidades tradicionais, apresentamos o conceito de sociobiodiversidade e suas interfaces com a etnoecologia na perspectiva decolonial.

Os povos e comunidades tradicionais e seus conhecimentos ecológicos: contemplando a sociobiodiversidade

Polinarski e colaboradores (2010, p.7) afirmam que, embora os ecólogos atuais atribuam a Ernest Heinrich Haeckel o uso do termo “Oekologie”, outros, anteriormente a Haeckel, já haviam utilizado esta palavra. No entanto, o naturalista alemão descreve:

Por ecologia, nós queremos dizer o corpo de conhecimento referente à economia da natureza – a investigação das relações totais dos animais tanto com o seu ambiente orgânico quanto com o seu ambiente inorgânico; incluindo, acima de tudo, suas relações amigáveis e não-amigáveis com aqueles animais e plantas com os quais vêm direta ou indiretamente a entrar em contato – numa palavra, ecologia é o estudo de todas as inter-relações complexas denominadas por Darwin como as condições da luta pela existência. (Haeckel cit. por Ricklefs, 2011, p.2)

A partir deste conceito, pensar a ecologia como uma ciência que busca compreender a “economia da natureza”, no âmbito dos saberes dos povos tradicionais, sinaliza uma necessidade de mudança epistemológica na pesquisa etnoecológica. Esta ciência, se pensada a partir do seu núcleo disciplinar, munida de ferramentas metodológicas próprias em busca desse entendimento da “economia da natureza”, pode resultar no silenciamento dos saberes tradicionais. Assim como afirma Macedo (2010, p.10), “os atores sociais não falam pela boca da teoria ou de uma estrutura fatalística; eles são percebidos como estruturantes, em meio às estruturas que, em muitos momentos, reflexivamente os configuram”. Essa noção de que os atores sociais das comunidades envolvidas na “etnopesquisa” são os sujeitos da pesquisa e não objetos vem trazendo novas configurações epistemológicas necessárias.

Desta maneira, as inúmeras transformações históricas e sociais resultaram, também, em transformações dos paradigmas da ecologia e das etnociências. Apesar de estarmos vivenciando esse momento de transição de paradigmas científicos e vislumbrarmos a possibilidade de um fim do ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica, no campo



das ciências naturais, como na ecologia, a ciência do passado ainda é a base do campo teórico e metodológico (Santos, 2005a). Pensando nos novos paradigmas que emergem das transformações sociais e científicas, o autor faz uma crítica a este modelo dominante que acaba criando “desigualdades epistemológicas”. Estas podem ser caracterizadas pelo processo de hierarquização e validação a partir dos conhecimentos produzidos pelas ciências naturais em detrimento daqueles produzidos pelas ciências sociais.

Neste processo de supervalorização das ciências naturais, pautadas pela ciência moderna, ocidental e eurocentrada, os conhecimentos advindos do “senso comum” começaram a ser categorizados enquanto “conhecimento local”, “conhecimento indígena” e “conhecimento tradicional” (id., 2005b). A partir deste projeto civilizador dos saberes, ainda nos tempos das invasões de territórios por parte dos colonizadores europeus, “um dos acontecimentos mais importantes (...) foi a invenção do selvagem como ser inferior e a imposição da ideia de progresso científico e tecnológico como imperativo para atingir o estágio supremo do desenvolvimento – a civilização ocidental” (id. ibid., p.28).

Neste contexto, ao pensarmos a tradição das pesquisas nas etnociências, os sujeitos do estudo eram considerados “um produto descartável de valor meramente utilitarista” (Macedo, 2010, p.10). Do ponto de vista da tradição epistemológica da ecologia, suas diretrizes metodológicas e suas relações com as ciências sociais, campo em que surge a etnoecologia, Giuliani (1998, p.9) aponta:

A ecologia na sua abertura para as ciências humanas nos dá a consciência dos perigos da destruição e, ao mesmo tempo, a esperança de que as soluções para resolvê-los são possíveis. Por outro lado, assim como a maioria das outras ciências, está exposta a duas condições que produzem tensões inter e intradisciplinares: a primeira, e mais geral, é a necessidade de ter que confrontar, de forma similar à sociologia, a questão da relação de seus conhecimentos com os valores morais e as culturas; a segunda, refere-se às tensões entre a globalização e a especialização, ou regionalização, do conhecimento.

No que diz respeito à sua relação com os valores, já observamos como a dominação dos homens sobre as plantas e os animais, desde sempre, tem-se estendido à dominação sobre os próprios homens: dos civilizados sobre os primitivos, dos homens sobre as mulheres, dos donos sobre os não donos. Desde sempre, também, os homens se relacionam com a natureza, e em particular com seus ecossistemas, com base em suas culturas e crenças religiosas.



Partindo dessas aproximações e confrontos entre a ecologia e as ciências humanas, é possível questionar se a primeira, ao ser pensada no rol das etnociências, possibilitará desvencilhar-se das proposições iniciais de Haeckel acerca da “economia da natureza”. Isto pois, para pensarmos a etnoecologia no contexto dos povos e comunidades tradicionais, esta racionalização matemática e a visão utilitarista dos “recursos naturais” perdem força e potência em seu uso enquanto prática epistêmica. Para o entendimento dos complexos conceitos que envolvem a sociobiodiversidade e seus dispositivos característicos de cada comunidade, se faz necessária a ampliação da inter-relação entre vários outros campos dos saberes que levem em consideração suas cosmologias, saberes, práticas e demais especificidades.

Desta maneira, caberia ressignificar conceitos tão arraigados nas ciências naturais, como o de “biodiversidade”, ampliando a compreensão de “diversidade biológica” para incorporar a perspectiva da sociobiodiversidade. Para Diegues e colaboradores (2001, p.1):

Não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural. É também uma construção cultural e social. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas.

Para as/os autoras/es, essas populações tradicionais, cujo território está situado em áreas de conservação ambiental, sofrem constantes ameaças de movimentos preservacionistas/conservacionistas e das políticas neoliberalistas, as quais reforçam a ideia de que a natureza é um recurso que deve ser mantido intacto, para depois ser explorado. Desse modo, este é um “modelo atual dominante das áreas protegidas uma vez que, tendo sido este criado no contexto ecológico e cultural norte-americano de meados do século passado, não se aplica ao contexto dos países tropicais do Sul” (id. *ibid.*, p.4).

Essa visão de que uma área para ser protegida precisa estar isolada e sem residentes, “mesmo quando se trata de comunidades tradicionais presentes há muitas gerações, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem” (id. *ibid.*, p.5). Buscando pensar os povos e comunidades tradicionais e seus conhecimentos ecológicos sobre a natureza e seus encantados – no contexto da etnoecologia – a sociobiodiversidade pode representar uma nova maneira de olhar para esses povos e seus saberes a respeito do ambiente que os cerca, do seu funcionamento e da diversidade das mais variadas formas de vida.



Portanto, como afirma Sarmiento (2014, p.23-24), “o conceito de sociobiodiversidade busca integrar a conservação da natureza com o enfoque cultural. Por isso mesmo engloba produtos, saberes hábitos e tradições próprias de determinado lugar ou território”. Essa dimensão cultural sobre a biodiversidade está diretamente ligada aos aspectos sociais que foram se construindo numa relação sustentável com a natureza em seus territórios, ao longo de gerações. Sendo assim, o termo “tradicional” ligado a estas comunidades também relaciona-se à dimensão ancestral, política e histórica destes grupos culturais que resistiram e ainda resistem fortemente aos processos civilizatórios do colonialismo. Para estes povos, a relação entre natureza e cultura se configura de diversas maneiras e é esta configuração que fundamenta a construção dos conhecimentos tradicionais que, para Alonso (2005, p.296), “são conjuntos complexos que se apóiam na tradição, na observação e na utilização dos processos e recursos biológicos”.

Estes processos de resistência e de construção do conhecimento obrigaram saberes científicos modernos a reconhecer a existência de “outros saberes” e, por isso, as etnociências os circunscreveram em determinado espaço-tempo, delimitando-os enquanto “conhecimentos locais” (Santos, 2005b). Estes saberes e práticas sociais resistiram aos genocídios e também aos epistemicídios que ocorreram “sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista” (Santos, 2013, p.343). Nesse sentido, pensar a etnoecologia sob a perspectiva decolonial, nos leva a pensar em um novo paradigma que emerge das ciências sociais e converge para as etnociências, o qual “propõe-se revalorizar os conhecimentos e as práticas não hegemônicas que são afinal a esmagadora maioria das práticas de vida e de conhecimento no interior do sistema mundial” (id., ibdi., p.343).

Reflexões finais

A partir da revalorização dos saberes e práticas desenvolvidas entre povos e comunidades tradicionais, o que se pretende é a possibilidade de uma relação horizontal entre estes conhecimentos e a “emergência de ecologias de saberes em que a ciência possa dialogar e articular-se com outras formas de saber, evitando a desqualificação mútua e procurando novas configurações de conhecimentos” (Santos, 2005b, p.24).

Nesta perspectiva, pensar modos de interação cultura-natureza dos povos e comunidades tradicionais no âmbito da etnoecologia, nos convoca a uma postura crítica aos primórdios da ecologia enquanto disciplina científica. Aquilo que uma perspectiva



colonialista de ciência denomina de “recurso natural” se expressa, nessas comunidades, como um complexo sistema de conhecimentos compartilhados entre gerações, que estão enredados à convivência comunitária com e na natureza. Promover processos educativos pautados pela ecologia de saberes pressupõe o reconhecimento da relação indissociável entre prática social, cultura e ambiente, que marca a existência desses povos. Dissociar os elementos dessa relação para produção de conhecimentos científicos ou de alternativas de desenvolvimento sustentável, seria, em nosso entendimento, reproduzir uma postura epistemicida e, conseqüentemente, empobrecedora da sociobiodiversidade. Por outro lado, desde uma perspectiva de abertura à complexidade desses outros sistemas de conhecimentos e práticas sociais, podemos co-criar sociedades sustentáveis que resultem de encontros comunicativos entre conhecimentos plurais.

Notas

¹Diegues e colaboradores (2001, p.17) descrevem as comunidades tradicionais como: “povos que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características comumente aceitas: ligação intensa com os territórios ancestrais; autoidentificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos; linguagem própria, muitas vezes não a nacional; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais e sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência”.

²Adotamos aqui a noção de paradigma dominante problematizada por Boaventura de Sousa Santos. Ao tratar do modelo global de racionalidade da ciência moderna, o autor afirma que este “é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (Santos, 2005a, p.21)

Referências

- Aguiar, J. (2016). Teoria pós-colonial e América Latina: uma guinada epistemológica? *Estudos Sociológicos* (pp. 273-289), v. 21, n. 41. Araraquara: Brasil.
- Alonso, M. F. (2005). Proteção do conhecimento tradicional? In *semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Org: Boaventura de Sousa Santos. – Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Avanzi, M. R. (2005). *Tecido a muitas mãos: experienciando diálogos na pesquisa em educação ambiental*. (Tese de doutoramento, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: Brasil).



- Ballestrin, L. (2013). A América latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* (pp 89-117). Nº 11, Brasília: Brasil.
- Campos, M. D. (2002). Etnociências ou Etnografia de Saberes e Práticas? In (Eds.), M. C. M. Amorozo, L. C. MING, S. M. P. SILVA, Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas: Anais (pp.47-92), Rio Claro-SP: Brasil. – Unesp/CNPq.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Candau, V. M. F. (2016). "Ideias-força" do pensamento de Boaventura de Sousa Santos e a Educação Intercultural (pp. 15-34). *Educ. rev.*, v. 32, n. 1, Belo Horizonte: Brasil.
- Diegues, A. C. S. (1996). O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Diegues, A. C. S. (org.), Arruda, R. S. V., Silva, V. C. F., Figols, F. A. B. & Andrade, D. (2001). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.
- Giuliani, G. M. (1998). Sociologia e Ecologia: Um Diálogo Reconstruído. In *Dados*, 41(1). Acesso em 19 de agosto de 2019 em <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100005>
- Lander, E. (org). (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Argentina.
- Macedo, R. S. (2010). Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação. – Brasília, Brasil: Liber Livro Editora, 2ª ed.
- Marques, J. G. (2001). Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica. 2. ed. NUPAUB, USP, São Paulo, Brasil, 258pp
- Miglievich-Ribeiro, A. (2014). Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas* (pp. 66-80). n. 1. v. 14. Porto Alegre: Brasil.
- Polinarski, C. A., Dalzotto, E. & Nunes, M. J. C. (2010). Da História Natural a ascensão da Ecologia como área de estudos para a Biologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. II Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia. n. 191. Ponta Grossa: Brasil.



Prado, H. M. & Murrieta, R. S. S. (2015). A etnoecologia em perspectiva: origens e correntes atuais de um campo em ascensão. *Ambiente & Sociedade* (pp. 139-160). v. XVIII, n. 4. São Paulo: Brasil.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y Modernidad-Racionalidade. In: Bonilla, H. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas* (pp. 437-447). Bogotá, Colômbia: Tercer Mundo.

Ricklefs, R. E. (2011). *A economia da Natureza*. Trad. Pedro P. de Lima e Silva. Rio de Janeiro, Brasil: Guanabara Koogan.

Santos, B. S. (2005a). *Um discurso sobre as ciências*. 3.ed.- São Paulo, Brasil: Cortez.

Santos, B. S., Meneses, M. P. G. & Nunes, J. A. (2005b). Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Org: Boaventura de Sousa Santos. – Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.

Santos, B. S. (2010). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, In: Santos, B. S. & Meneses, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Brasil: Cortez.

Santos, B. S. (2013). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. -14. ed. – São Paulo, Brasil: Cortez.

Sarmiento, F. (2014). *Design para a sociobiodiversidade. Perspectivas para o uso sustentável da borracha na Floresta Nacional do Tapajós*. (Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil).

Toledo, V. M. & Barrera-Bassols, N. (2009). A Etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (pp.31-45), n.20, Curitiba, Brasil: Editora UFPR.